

(RE)PENSANDO A IDENTIDADE INDÍGENA NAS REPRESENTAÇÕES DA ADAPTAÇÃO DE *O GUARANI*

Dannisleyk Moraes de Araújo Santos (UNEB)⁹²

Juciene Silva de Sousa Nascimento (UNEB)⁹³

RESUMO

O uso de novas pedagogias e inovações no ensino na língua portuguesa vem possibilitando o desenvolvimento de estudos voltados a garantir um bom aprendizado. Nesta pesquisa, busca-se rediscutir a identidade indígena contemporânea, através da adaptação de *O Guarani* para o recurso pedagógico no ensino e aprendizagem. Utiliza-se a história de *O Guarani* (2010), de José de Alencar adaptado para História em quadrinhos. E para conceituar e problematizar as questões identitárias apresenta-se os estudos de Bauman (2005) e Gomes (2008) com a teoria da (re)visão das identidades colonizadas, entre outros autores que discutem essa temática. Para tanto, ressalta-se que a escola é um ambiente privilegiado para a promoção de relações étnico-raciais positivas, trazendo a Lei nº 11.645/08. Os resultados dessa pesquisa mostraram que a HQ é um recurso de grande importância para (re)discutir a identidade indígena na contemporaneidade.

Palavras-chave:

Identidade indígena. Histórias em Quadrinhos. ERER.

RESUMEN

El uso de nuevas pedagogías e innovaciones en la enseñanza de la lengua portuguesa ha permitido el desarrollo de estudios destinados a garantizar un buen aprendizaje. En esta

⁹² Licenciada em Letras Vernáculas e Literatura -Universidade do Estado da Bahia/Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias-Campus XVIII – Eunápolis. E-mail: dannisleyk@gmail.com

⁹³ Doutora em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Mestre em Literatura e Diversidade Cultural pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), especialista em Metodologia do Ensino Superior pela Faculdade Adventista da Bahia (FADBA) e graduada em Letras com Espanhol pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). É professora/pesquisadora da Universidade do Estado da Bahia, Campus XVIII. Faz parte do Grupo de Pesquisa CONEXÕES: CULTURA E EDUCAÇÃO (UNEB/Campus XVIII), atuando na linha de pesquisa 01: Minorias, diversidades e resistências e da linha 02: Saberes culturais e processos formativos ; e do Grupo de Pesquisas em Linguagens, Poder e Contemporaneidade - GELPOC, atuando nas linhas de pesquisa Estudos decoloniais, subalternidades e Poder. Atualmente, trabalha na área de Educação das Relações Étnico-Raciais, Formação docente, Literatura, Memória e Representações Identitárias. E-mail: cienenascimento37@gmail.com

investigación, buscamos rediscutir la identidad indígena contemporánea a través de la adaptación de *O Guarani* para el recurso pedagógico en la enseñanza del aprendizaje. Utilizamos la historia de *O Guarani* (2010), de José de Alencar adaptada a los cómics y para conceptualizar y problematizar las cuestiones de identidad nos apropiamos de los estudios de Bauman (2005); Gomes (2008) con la teoría de la (re)visión de las identidades colonizadas, entre otros autores que discuten el tema. Por lo tanto, enfatizamos que la escuela es un entorno privilegiado para la promoción de relaciones étnico-raciales positivas, lo que trae la Ley N^o 11.645 / 08. Por lo tanto, los resultados de esta investigación mostraron que los cómics son un recurso muy importante para (re)discutir la identidad indígena en los tiempos contemporáneos.

Palabras-clave:

Identidad indígena. Cómics. ERER.

1 Introdução

A utilização de novas formas de ensino de Língua Portuguesa vem possibilitando o desenvolvimento de estudos voltados a garantir um aprendizado de qualidade. Assim, no âmbito da literatura infantojuvenil, as adaptações em Histórias em Quadrinhos podem ser um recurso no processo de ensino-aprendizagem para (re)pensar a identidade indígena. Nesta pesquisa, discutimos a identidade indígena contemporânea, através da adaptação de *O Guarani* como recurso pedagógico no ensino-aprendizagem.

A Educação para as Relações Étnico-Raciais (doravante ERER) é um processo educativo que possibilita às pessoas a superação de preconceitos raciais e contribui para que elas compreendam e se engajem em lutas por equidade social. Dada essa situação, trabalhamos a seguinte questão: Como a identidade indígena pode ser construída de acordo com as construções simbólicas na literatura? Para esses apontamentos, utilizamos o romance *O Guarani* (2010), de José de Alencar adaptado para História em Quadrinho. Assim, o objetivo Geral desta pesquisa é rediscutir a identidade indígena contemporânea, através da adaptação de *O Guarani* para o recurso pedagógico no ensino e aprendizagem e os específicos são: Apresentar a História em Quadrinhos como recurso no ensino e aprendizagem da leitura; discutir as propostas normativas que contribuem para a afirmação da identidade indígena e analisar como a HQ *O Guarani* apresenta as características da identidade indígena na contemporaneidade.

Gênero, sexualidade e identidades

A inclusão da temática indígena na escola, através da Lei 11.645/03, é resultado de um amplo movimento de luta indigenista por seus direitos, principalmente pelo reconhecimento de suas identidades étnicas, culturais, econômicas e sociais.

Para fundamentar nossa pesquisa e problematizar as questões identitárias nos apropriamos dos estudos de Bauman (2005) e de Gomes (2008) com a teoria da (re)visão das identidades colonizadas, entre outros autores que difundem estudos nessa linha de pesquisa. Também, as orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) que orientam a utilização de Histórias em Quadrinhos como um recurso auxiliador nas escolas. Para tanto, ressaltamos que a escola é um ambiente privilegiado para a promoção das relações étnico-raciais positivas em virtude da marcante diversidade em seu interior, buscando efetivar a Lei nº 11.645/08.

1 A Identidade Indígena na Educação a partir da Lei 11.645/08

Ao nos referir epistemologicamente à identidade, a qual começamos a formar tão precocemente, nunca é um exercício de fácil reflexão sobre suas origens e os elementos presentes na construção das mesmas. O sujeito constrói sua identidade como se construísse uma morada para nela habitar, “com a ilusão de poder se definir e, assim, identificar-se a si próprio, identificando-se pelo encontro com o outro, ao mesmo tempo semelhante e diferente” (OLIVEIRA, 2012, p.22).

Ao longo da vida, em meio às interações e identificações com diferentes pessoas e grupos com quem convivemos, construímos nossa identidade, mediante os elos estabelecidos com pessoas ou grupos. Conforme defesa de Hall (2011), a identidade não é fixa, e, em convergência com esse pensamento, tem-se Zygmunt Bauman (2005, p.19) que afirma que “as identidades flutuam no ar”, logo, podemos decidir acolher uma ou outra, pois são negociáveis e revogáveis. A identidade vai sendo tecida em meio às relações estabelecidas, e essas variam conforme as situações em que nos colocamos.

Da mesma maneira, Rajagopalan (*apud* OLIVEIRA, 2015, p. 25), destaca, que as identidades estão em permanente estado de transformação, num processo de constante adaptação às novas circunstâncias que vão surgindo. Então, não poderíamos falar em identidade sem considerar as

relações estruturais que imperam em um dado momento. Ao considerar que as identidades são formadas e transformadas no interior da representação, Bauman (2005) encara a questão da identidade como uma questão socialmente necessária. De acordo com a noção de sujeito sociológico de Hall (2011), a identidade é formada na interação entre o eu e a sociedade. Ao tratarmos identidades no processo de educação é importante lembrar que ela é um processo amplo, contínuo, que acontece ao longo da vida de cada pessoa e não se restringe às experiências de escolarização. A escola se consagrou como espaço central de socialização, bem como de aquisição de conhecimentos. Não apenas produz e socializa saberes, ela produz experiências cotidianas que vão integrando-nos em uma lógica de sociedade e, ao mesmo tempo, vão produzindo um lugar social que podemos/devemos ocupar.

Nesse contexto, para os povos indígenas assumir a educação escolar é um grande desafio, a razão para é o fato de serem lógicas distintas, que fundamentam a organização da escola e a vida em suas comunidades, sendo desafiador colocar sobre controle uma instituição que reproduz relações capitalistas – individualização, competição, hierarquização, seleção dos melhores – e torná-la adequada a culturas que vivem e pretendem continuar vivendo de acordo com outras racionalidades (BONIN, 2012).

Foi inaugurado no Brasil um movimento, com a Constituição Federal de 1988 que reconheceu “aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam” (MEDEIROS, 2012, p. 49). Em âmbito internacional, o marco foi a Convenção n° 169 da Organização Internacional do trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais de 1989, segundo ele,

[...] o documento estabeleceu novas normas a serem seguidas pelos Estados signatários nas relações com os povos indígenas e tribais em que fossem asseguradas a eles igualdade de tratamento e de oportunidades no pleno gozo dos direitos humanos e liberdades fundamentais e respeito às suas identidades sociais e culturais, costumes e tradições e suas instituições (MEDEIROS, 2012, p. 50).

Assim, em 10 de março de 2008 foi aprovada a lei n°. 11.645 pelo Congresso Nacional, alterando a Lei n° 9.394 de 20 de dezembro de 1996,

Gênero, sexualidade e identidades

modificada pela Lei n° 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, incluindo no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática história e cultura afro-brasileira e indígena nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio. Essa inclusão da temática indígena na escola é resultado de um amplo movimento de luta dos povos originários por seus direitos, principalmente pelo reconhecimento de suas identidades étnicas, culturais, econômicas e sociais.

Nesse sentido, qual a necessidade de uma lei que obrigue o estudo da história e da cultura indígena na escola? Para Medeiros (2012), a escola historicamente abordou a temática apresentando os indígenas de forma genérica e estereotipada, ou mesmo silenciou sobre o tema. Sendo assim, é importante estudar a identidade dos povos indígenas, uma vez que esses povos reivindicam seu direito ao passado (e, conseqüentemente, o direito ao presente) e a difusão desse passado aos não indígenas. Além disso, não sendo foco dessa pesquisa, mas salientamos tal pormenor como indicação para uma continuidade temática, vale ressaltar que as línguas indígenas têm importantes contribuições e influências que ainda fazem modificações na nossa forma de falar o português, além de trazerem contribuições fundamentais na formação do português do Brasil, inclusive na sua pronúncia.

Vivemos em um momento de avanços teóricos e de ampliação de pesquisas na temática indígena, “nos livros e currículos escolares, já se sentem essas transformações, no entanto ainda percebemos permanências da velha tradição historiográfica – o que é natural, pois ela atuou por praticamente cinco séculos e deixou um legado de muita força” (MEDEIROS, 2012, p. 56). Assim, a possibilidade que a Lei 11.645/03 nos coloca é a de estabelecer um diálogo intercultural e respeitoso com os povos indígenas, em que eles sejam os principais interlocutores de suas histórias, de seus saberes, culturas e modos de viver.

2 A Adaptação Literária como recurso auxiliador para identificação da identidade indígena em O Guarani

Uma das tarefas da escola é formar o aluno leitor e, neste caso, os desafios são de várias ordens, desde a escolha das estratégias de incentivo à leitura até a concorrência com outras linguagens. Em tempos que impera uma visualidade pautada na fragmentação e na rapidez, o aluno, muitas vezes,

tende a trocar o texto literário por adaptações que são feitas para o cinema, televisão, HQ, etc. É necessário considerarmos que a adaptação está sujeita a aspectos específicos do novo veículo, determinando a reescrita do texto. As diferenças de técnicas de (re)construção inviabilizam algumas cenas e sequências, pois o próprio formato escolhido para ser produzido impõe o tempo de duração e o modo de construção do texto (NAGAMINI, 2004, p. 19).

Todo texto pode ser reproduzido em uma adaptação, embora haja a necessidade de cuidar para que as críticas direcionadas para as adaptações não exijam que esta tenha a mesma interpretação, indo além, ou seja, igual a obra fonte. Para Santos (*et al* 2016), as adaptações existentes podem até ter a pretensão de ser iguais, mas por utilizarem de linguagens diferenciadas elas não conseguem se igualar a obra fonte. Toda adaptação utiliza meios específicos da sua própria linguagem para recriar aquilo que está sendo utilizado em outra mídia, embora, aguardamos que a mesma se apresente da mesma forma do conteúdo fonte, sobre tal. Já Hutcheon (2013, p. 28) aponta que o processo de adaptação se caracteriza como uma repetição e não replicação. Ou seja, o ato de replicar caracteriza como uma cópia fiel da obra fonte, já a repetição faz uso de intertextualidade para recontar a recepção da mensagem inicial.

As adaptações literárias têm ganhado espaço no sentido de formar intelectuais a partir de textos novos construídos sobre enredos antigos, numa espécie de apropriações. Dessa forma, Andrea Antolini Grijó (2005), considera que esse dispositivo didático,

[...] faz circular os cânones, tão raros à academia, cria um novo e enorme mercado para os livros paradidáticos e ainda fornece à sociedade, nesse caso representada pelos pais e professores, a sensação de formação de uma geração de intelectuais que não apenas leem livros, mas leem Camões, Shakespeare, Cervantes, entre outros (GRIJÓ, 2017, p. 84).

Em virtude disso, a adaptação literária redireciona a obra para outro público partindo do pressuposto de que esse novo público “não tem o perfil daquele previsto pelo autor da obra original” (PAIVA, 2014). Traduzir de uma forma mais simples, claro que simplifica, por outro lado, põe ao alcance do leitor uma história antes inacessível, (FEIJÓ, 2012).

Gênero, sexualidade e identidades

Conforme Lia Mendes (2004, p. 33), elementos formadores da “comunidade imaginada” dão uma ideia do potencial imaginativo nele empregado: narrativa, tradição, caráter nacional, mito, ideia de raça pura. Segundo ela, todo um aparato ideológico que tem muito pouco a ver com a realidade ou com alguma teoria de base científica provavelmente porque “[...] o conceito de identidade nacional está profundamente ligado à subjetividade, a necessidade de pertencimento, autoafirmação e, portanto, com aquela gama de sentimentos que formam a base do que se convencionou qualificar de nacionalismo” (MENDES, 2004, p. 33).

Assim, o indianismo no Brasil produziu poucas obras literárias, dentre elas *O Guarani* de José de Alencar, que se propôs estabelecer o surgimento de uma identidade nacional em que o índio é idealizado como herói. Nessa obra, o autor destaca hábitos, costumes, crenças, alimentação, fatores que constituem para a identidade de um povo. Podemos ver, então, que a adaptação literária traz em si uma gama de potencialidade em disseminar conceitos e descrições de determinados grupos. Sob essa perspectiva, *O Guarani* adaptado para HQ, é o objeto de análise, fornecendo campo para a percepção da identidade indígena, que reflete de alguma maneira, sobre a situação do índio na nossa sociedade.

3 A identidade indígena na adaptação de O Guarani para HQ

Considerando (re)pensar a identidade indígena na obra *O Guarani* de José de Alencar, faz-se necessário conhecer o período histórico da sua publicação, na tentativa do rompimento com os pensamentos europeus que demarcavam a época. Nesse sentido, o Romantismo no Brasil, foi uma fase de consciência nacional, o desejo de individualização nacional, houve a quebra dos modelos até então seguido pelos escritores dos séculos anteriores, ou seja, nesse período deu-se início a tentativa de romper com os modelos implantados pelos europeus. Dessa forma, o progresso abonou o país, surgindo a criação da educação superior no Brasil, os estudantes que antes iam estudar no exterior, traziam consigo influências europeias; criação de jornais e a criação de folhetins que publicavam capítulos de obras de vários autores. Com esse movimento, essas mudanças foram aceitas pelo público em geral.

A imagem do índio criada em um momento político de pós independência do Brasil, que impunha a necessidade da construção de uma identidade nacional. Surgiu, então, a ideia de fazer da imagem do “índio” um símbolo nacional. Porém, na obra em questão, essa imagem do indígena, não é genuína, mas elaborada, forjada, romantizada. Nos trechos selecionados da obra em análise, *O Guarani*, veremos como a imagem do índio que foi apresentada, se mostra como a de um índio idealizado, de maneira que contribuiu para (des)construção da identidade indígena em favor da construção de uma identidade nacional, mas que era baseada nos valores europeus. Eles só poderiam fazer parte da história se deixasse ser o que eram e passassem a desejar a vida civilizada.

Na sequência dos fatos o indígena se apresenta como de chefe da tribo goitacá, quando o leitor toma conhecimento da maneira pela qual Peri é recebido pelo fidalgo português após ter salvado Cecília de morte, impedindo a queda de uma pedra sobre ela.

Figura 1: A visão do colonizador em relação ao colonizado



Fonte: <https://literaturafalarapiracaprofdavi.com> (2019).

Essa era a representação da visão do colonizador em relação ao colonizado, uma vez que não reconhecia o indígena como pertencente a nação brasileira. O índio na sua organização social era guerreiro, logo, ele já era um herói, ele não precisava ser considerado. A negação dos valores envolvidos nessa relação, da representação da visão do colonizador em relação ao colonizado, causa efeitos no que diz respeito aos estereótipos formados que recaíram sobre eles como reprováveis. A figura do colonizador não reconhece

Gênero, sexualidade e identidades

o índio como ser nacional, no entanto o índio se coloca como pertencente da nação.

Nesse sentido, a interculturalidade deve envolver um processo de construção de uma ideia de reconhecimento da diversidade cultural, e não o da interculturalidade, é a que tem orientado as políticas educativas do país na contemporaneidade. Para Russo e Paladino (*apud* JULIANO, 1993) estão os que entendem interculturalidade como uma interrelação, diálogo e troca entre culturas diferentes, sem sobreposição da cultura dominante sobre outra subordinada. Nesse sentido, os que entendem como instrumento de “empoderamento” das minorias, das populações que estão à parte da cultura hegemônica, ao possibilitar o acesso tanto a conhecimentos próprios, quanto aos da sociedade, o qual lhes permitiria lutar por direitos e autonomia (*apud* COLLET, 2006). Portanto, o termo interculturalidade somente aparece na legislação brasileira quando se refere aos povos indígenas (LDB de 1996; Parecer CNE nº 14 e Resolução CEB nº 3, de 1999; Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001, que institui o Plano Nacional de Educação, entre outros).

Há uma negação da identidade nacional, por parte da figura representativa do colonizador, pois os estrangeiros não conseguem identificar a nação através da representatividade do sujeito índio. Mediante o exposto, a necessidade da efetividade da Lei 11.645/08, é de vital importância para a ressignificação do estudo da história e da cultura indígena na escola, pois esta, historicamente, abordou a temática apresentando os indígenas de forma genérica e estereotipada, ou mesmo silenciou sobre o tema, sendo importante estudar os povos indígenas, porque esses povos reivindicam seu direito ao passado (e, conseqüentemente, o direito ao presente) e a difusão desse passado aos não indígenas. Conforme indica a Convenção 169 da OIT, “[...] a educação escolar é entendida como um meio de superar os preconceitos sofridos pelos povos indígenas e as ideias equivocadas a seu respeito, veiculando informações que permitam reconhecer, conhecer, respeitar e valorizar a diversidade” (MEDEIROS, 2012, p. 51).

Na imagem seguinte, fato que ainda se sucede nesse primeiro encontro, após o salvamento de Ceci, Peri, apresenta-se ao fidalgo D. Antônio, como primeiro de sua tribo, posição hierárquica em sua cultura, no entanto, ela se torna inválida diante da hierarquia apresentada pelo europeu, mostrando a visão do colonizador em relação ao colonizado.

Figura 2: A visão do colonizador em relação ao colonizado II



Fonte: <https://literaturafalarapiracaprofdavi.com> (2019).

Em sua cultura, o índio Peri era hierarquicamente importante, diferente da situação de convívio com o branco, na qual era evidente (subjugação da importância sociocultural do outro). Assim, constituir uma estrutura garantindo na escola uma discussão sobre os estereótipos e preconceitos existentes sobre esses grupos possibilitando a valorização da diversidade cultural, reconhecendo essa diversidade e assegurando ao indígena a utilização de seus processos próprios.

A visão estereotipada do colonizador em relação ao colonizado também pode ser vista no trecho após Peri salvar Cecília de ser ferida por uma flecha no rio por um índio da tribo *Aymoré*, ele reage atirando contra o índio com uma pistola que recebeu de presente da Cecília. O fato de D. Lauriana classificar a figura do índio como “demônio”, por estar reagindo de uma forma que segundo os costumes padronizados daquele seguimento social não se utilizava, demonstrava uma visão estereotipada da figura do índio.

Gênero, sexualidade e identidades

Figura 3: A visão do colonizador para o colonizado III



Fonte: <https://literaturafalarapiracaprofdavi.com> (2019).

Comumente, é atribuído aspectos simbólicos reducionistas em relação a imagem do outro, como a fisionomia que expressa um determinado segmento étnico, mas como pouco se procura aprofundar sobre esses sinais diacríticos particulares de um determinado grupo social, logo se apresenta como uma que serve de elemento diferenciador de uma etnicidade ou identidade indígena. Essa construção idealizante do índio não o considera, pelo contrário, ignora a situação real do nativo tendo suas características e cultura desprezadas pelo colonizador. Contribui para construir preconceitos quando descreve o índio como “demônio”, colaborando para adjetivos relacionados ao indígena como preguiçosos, violentos, bichos, entre outros discrepantes. Em relação a isso, Baniwa (2008) discute que implica vários aspectos da vida, não só no campo da filosofia ou da forma de pensar e viver, mas também das formas de conceber a sociedade, a cosmologia, os valores e os contra valores, o que é considerado como valor e o que é considerado como não-valor.

A incidência da violação da identidade indígena ocorre concomitante à promoção da figura do colonizador, enquanto Ceci loira e Isabel indígena, faz um paralelo entre o que chama de “selvagem” e “civilizado”. Ceci vem em primeiro lugar, com sua roupa, moral, fisionomia, Isabel vem em segundo com traços para fixar o que seria “o tipo brasileiro”, indolência, cabelos pretos, lábios desdenhosos, é a mestiça.

Figura 4: Processo de Consideração da Diversidade II



Fonte: <https://literaturafalarapiracaprofdavi.com> (2019).

Nesse contexto, a possibilidade da mestiçagem seria um passo para o embranquecimento do nativo, com a possibilidade de estar junto ao europeu, em sua casa, mas como inferior, submisso. No caso específico dos povos indígenas, Baniwa (2008) nos lembra que o que pesa é a prática histórica, que insiste pela invisibilidade dessas coletividades. É como se no imaginário coletivo das pessoas, os povos indígenas existissem, mas não enquanto sujeitos e atores políticos dessa diversidade. Segundo o autor, eles simplesmente não são sujeitos de direitos, por exemplo, no campo das políticas públicas, isso reflete um pouco o conflito que a nossa sociedade brasileira enfrenta (BANIWA, 2008).

Na adaptação para HQ, como na obra original, a imagem do indígena é representada como um “bom selvagem” que convive em harmonia com a família de D. Antonio de Mariz, um fidalgo que morava na região da Paraíba, onde o índio habitava. O indígena é bom para servir, porém selvagem, classificando-o como inferior. Como podemos observar no trecho abaixo, o índio visto como herói, mas não como igual.

Gênero, sexualidade e identidades

Figura 5: O índio como herói, mas não como igual



Fonte: <https://literaturafalarapiracaprofdavi.com> (2019).

Peri, o índio bom amigo, que corre todos os riscos para salvar a vida do português, servindo sem indagação assim, sendo digno de ser chamado de convidado a estar junto do português. É sabido que, apresentando heterogeneidade notável em sua composição populacional, o Brasil desconhece a si mesmo. Na relação do País consigo mesmo, é comum prevalecerem vários estereótipos, tanto regionais quanto em relação a grupos étnicos, sociais e culturais. Historicamente, registra-se dificuldade para se lidar com a temática do preconceito e da discriminação racial/étnica. O País evitou o tema por muito tempo, sendo marcado por “mitos” que veiculam uma imagem de um Brasil homogêneo, sem diferenças, ou, em outra hipótese, promotor de uma suposta “democracia racial” (RUSSO; PALADINO, 2014 *apud* BRASIL, 1997, p. 22).

Perpetuava, portanto, a política de assimilação, e foi no contexto dessa política que surgiu a figura do “índio” aculturado ou em contato permanente com a urbanidade – também chamado de “bom selvagem” e de “selvagem”, “bravo”, “bugre” termos presentes no romance.

Dessa forma, as diferenças, por sua vez, são construídas pelos sujeitos sociais ao longo do processo histórico e cultural, nos processos de adaptação do homem e da mulher no meio social e no contexto das relações de poder. Sendo assim, para Nilma Lino Gomes (2008, p. 133), mesmo os aspectos tipicamente observáveis que aprendemos a ver como diferentes desde o nosso nascimento só passaram a ser percebidos dessa forma porque nós, seres humanos e sujeitos sociais, no contexto da cultura, assim os nomearam e identificaram. Nesse contexto, Gomes (2008) ressalta sobre as

relações raciais e identitárias, em que vivemos todos os dias de dados alarmantes da existência de desigualdades raciais.

Na passagem que se sucede, observamos estereótipos atribuído ao indígena quando o europeu o chama de “caboclo” considerando sua assimilação as características europeias e distanciando-se da sua identidade.

Figura 6: Estereótipos



Fonte: <https://literaturafalarapiracaprofdavi.com> (2019).

O “caboclo” é entendido como aquele índio destribalizado, propenso a inserção a comunidade, por ter sido isolado e por assim entender que negou sua condição indesejada. No momento nacional vigente, avanços teóricos e de ampliação de pesquisas na temática indígena, nos livros e currículos escolares, já se sentem essas transformações. No entanto, ainda podemos perceber permanências da velha tradição historiográfica e deixou um legado de muita força. Nesse sentido, a Lei 11.645/03 oferece caminhos para estabelecer um diálogo intercultural e respeitoso com os povos indígenas, em que eles sejam os principais interlocutores de suas histórias, dos seus saberes, culturas e modos de viver.

Infelizmente, livros didáticos já trazem a representação do índio, no entanto, diversas vezes como “aculturados” (MEDEIROS, 2012). Dessa maneira, na sua cultura, o indígena abriu mão da sua crença, do seu povo, em prol de uma busca pela semelhança com o europeu, assim, anulando a si mesmo, no objetivo de ser aceito por eles. Esse fato fica evidente, no trecho que ele se despede de sua mãe, para estar servindo a Ceci.

Gênero, sexualidade e identidades

Figura 7: (des)construção da identidade



Fonte: <https://literaturafalarpiracaprodavi.com> (2019).

Nesse quadrinho, a representação da imagem do índio, se nega a voltar a sua cultura, a estar com seu povo, em favor de agradar a senhora Ceci. A (des)construção da identidade indígena contribui para descaracterizar sua cultura, suas raízes e sua história, fato que fica evidente nessa representação. Conforme Lia Mendes (2004, p. 33), elementos formadores da “comunidade imaginada” dão uma ideia do potencial imaginativo nele empregado: narrativa, tradição, caráter nacional, mito, ideia de raça pura. Segundo ela, todo um aparato ideológico que tem muito pouco a ver com a realidade do indígena.

A imagem do índio Peri não era a representação autêntica, mas romantizada. O indígena segue arriscando sua vida por Ceci, tudo é em função dela. Peri, índio dedicado em agradar, desce a um precipício que ficava ao lado do quarto de Ceci, no intuito de pegar um presente que ela havia recebido de Álvaro e que lá havia caído.

Figura 8: (des)construção da identidade II



Fonte: <https://literaturafalarpiracaprodavi.com> (2019).

O que vemos é o índio competente no intuito de agradar ao europeu, não medindo esforço, colocando em risco sua própria vida, servindo-o imensuravelmente. O índio sendo o personagem principal para a construção da identidade nacional, na imagem representada pelo índio Peri, contorce o que se esperava para a valorização da identidade nacional.

Identificamos que a imagem do indígena na escrita de José de Alencar, da forma como está organizada, privilegia ações que ocultam, apagam, silenciam ou desvalorizam as manifestações culturais do indígena, de sua identidade. Neste sentido, conteúdos relativos aos povos indígenas, bem como aos temas étnico-raciais, às relações de gênero e à diversidade, precisam ser (re)pensadas junto as orientações curriculares como demarcadoras de um fazer diferente. A Lei 11.645/08 ser trabalhada na desconstrução de histórias sedimentadas do ponto de vista eurocêntrico, articulada com o sistema de educação brasileiro. Para isso, Bonin (2012) sugere que sejam utilizados e potencializados o trabalho com diversos títulos da literatura infanto-juvenil que são produzidos por indígenas e que mostram os outros olhares sobre as crenças, os costumes, os hábitos, as histórias contadas pelos povos indígenas.

4 Considerações finais

A discussão proposta nessa pesquisa, surgiu a partir da importância de se rediscutir a identidade indígena, podendo ser (re)construída de acordo as representações simbólicas, sobretudo na literatura. Ademais, a partir do olhar dessa afirmação identitária, desfazer estereótipos disseminados pela visão do colonizador. Através da efetivação da Lei 11.645/08 torna-se possível apresentar ações que trabalhem as questões étnico-raciais no âmbito educacional, bem como contribuir para que tais ações sejam de fato afirmativas no tangente à identidade indígena.

Isso posto, retomamos, aqui, pontos considerados relevantes de ratificação da existência da (des)consideração da identidade indígena mediante análise do objeto dessa pesquisa, confirmando que algumas ações, sobretudo as que aqui nos serviram de recorte, promovidas pelas construções em torno da figura do índio na obra de *O Guarani*, legitimam determinados estereótipos, como demonizado, submisso, selvagem, o que evidencia os

Gênero, sexualidade e identidades

descompassos com a diversidade dos processos sócio-históricos nacionais. A (des)consideração dessa diversidade pode se materializar mediante a reafirmação de concepções identitárias que fazem com que os processos formativos na escola se distanciem do reconhecimento de uma identidade genuína do indígena na contemporaneidade.

A perspectiva pelo respeito à diversidade étnica e cultural é o aspecto central que fundamenta a nova base de relacionamento dos povos indígenas com o Estado. O herói nacional resultante da união colonizador/colonizado foi o resultado da afluência de um momento histórico com o modelo literária do momento. Mas, passado o Romantismo, o conceito de “bom selvagem” permanece inalterada, é o que atestam as inúmeras reproduções de *O Guarani*. Podemos ainda perceber a atribuição da imagem de criatura selvagem e indomável que o colonizador construiu sobre o sujeito indígena pelo fato de o indígena ser o dono da terra, senhor de seus caminhos e conhecedor dos segredos da floresta tropical.

Pudemos notar, também, a (des)construção da identidade indígena, na adaptação literária, sobretudo quando na representação da personagem indígena este se nega a voltar a sua cultura, a estar com seu povo, em favor de agradar a senhora colonizadora. Tal fato contribuiu para descaracterizar sua cultura originária, suas raízes, sua história e sua identidade. Portanto, as culturas nacionais ao produzir sentidos sobre a nação, sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades. Esses sentidos estão contidos nas histórias que são contadas sobre a nação, e a imagem que dela são construídas.

Nesse sentido, a educação tem função importante de possibilitar o diálogo étnico-cultural, cuja condição é o reconhecimento do outro embasado no respeito de sua identidade. Para tanto, cabe à escola favorecer situações de ensino aprendizagem que contextualizem os conhecimentos que os mesmos já trazem quando chegam a escola e os que vão adquirindo nas aulas. Os desafios são diversos, porém, é possível discutir a identidade indígena mediante diferentes perspectivas.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, José de. *O guarani*. –São Paulo: Ciranda Cultural, 2010. – (Clássicos da literatura).

BANIWA, Gersem Luciano. *Diversidade Cultural, Educação e a questão indígena*. In *Diversidade Cultural: da proteção à promoção* / José Márcio Barros, organizador; [fotos Luan Barros, Maurício Zaferino; artes José Augusto Barros]. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi/Zygmunt Bauman*; tradução, Carlos Alberto Medeiros. - Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BONIN, Iara Tatiana. *Educação Escolar Indígena e Docência: Princípios e normas na legislação em vigor*. In: BERGAMASCHI, Maria Aparecida, *et al.* (Orgs). *Povos Indígenas e Educação* – 2. Ed. – Porto Alegre: Mediação, 2012.

BRASIL. *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa*/Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998.

FEIJÓ, Mario. *O prazer da leitura: como a adaptação de clássicos ajuda a formar leitores*. 1. ed. São Paulo: Ática, 2012.

GOMES, Nilma Lino. *Diversidade étnico-racial e a educação brasileira*. In *Diversidade Cultural: da proteção à promoção* / José Márcio Barros, organizador; [fotos Luan Barros, Maurício Zaferino; artes José Augusto Barros]. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

GRIJÓ, Andrea Antolini. *Quem conta um conto aumenta um ponto?* [Tese]. 2017. Vitória, E.S. Universidade Federal do Espírito Santo, 2017. Disponível em: <<http://periodicos.unesc.net/lendu/article/viewFile/3577/3855>>.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro - 11 ed., 1. reimp. - Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HUTCHEON, Linda. *Uma teoria da adaptação*. Tradução André Cechinel. 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013.

MEDEIROS, Juliana Schneider. Povos indígenas e a lei n.º. 11.645: (in)visibilidades no ensino da história do Brasil. In: BERGAMASCHI, Maria Aparecida, *et al.* (orgs). *Povos Indígenas e Educação* – 2. Ed. – Porto Alegre: Mediação, 2012.

Gênero, sexualidade e identidades

MENDES, Lia. *A Criação do mito do herói indígena em “O Guarani”, de José de Alencar.* Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/86933/202031.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 19 de ago. 2019. Dissertação. Florianópolis, SC. 2004.

NAGAMINI, Eliana. *Literatura, televisão e escola: estratégias para leitura de adaptações/ Eliana Nagamini.* _ São Paulo: Cortez, 2004. _ (coleção aprender e ensinar com textos; v.11/ coord. Geral Adilson Cíтели, ligia Chiappini)

OLIVEIRA, Fabiana Kanan. 2012. *Influências culturais e identitárias no ensino-aprendizagem de língua inglesa como uma língua adicional: considerações sobre o contexto brasileiro.* Disponível em: <http://biblioteca.uniritter.edu.br/imagens/035UNR89/0000D7/0000D7A1.pdf>. Acesso em: 16 de jun. 2018.

RUSSO, Kelly; PALADINO, Mariana. Reflexões sobre a lei 11.645/2008 e a inclusão da temática Indígena na escola. *ITABAIANA: GEPIADDE*, Ano 08, Volume 16 | jul./dez. 2014. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/forumidentidades/article/viewFile/4260/3538>. Acesso em: 16 set. 2018.

SANTOS, Gerlandia Couto *et al.* *Estudo Comparativo dos Conteúdos de Linguagens na adaptação da obra Grande Sertão: veredas de João Guimarães Rosa.* Artigo pdf. Universidade do Estado Da Bahia – UNEB, 2016.